

## A cooperação no estímulo à internacionalização da engenharia



Por Carlos Matias Ramos\*

**A** actual crise financeira internacional e as consequências nas diferentes economias induziram a necessidade não só de repensar os modelos económicos que têm vindo a ser adoptados, mas também o modo como, de forma ajustada e a curto prazo, se conseguirão minimizar os efeitos dessa crise que afectou de maneira acentuada diversos países e, em particular, os dois países ibéricos.

Importa reflectir sobre o porquê dessa crise à luz das mudanças radicais ocorridas nos últimos anos no contexto social e económico, bem como no envolvimento internacional. Essas mudanças foram caracterizadas pelo crescimento significativo do consumo, designadamente nas sociedades europeias como a nossa, sendo marcadas, nos anos mais recentes, pelos efeitos da comercialização e da globalização, que se traduziram no valor acrescido da competitividade.

A importância crescente da competitividade da economia conduziu à valorização da procura de mais-valias diferenciadoras, isto é, da diferenciação do produto, que só é possível através da inovação, do aumento da produtividade e da eficiência, através de um ajustamento estrutural.

Este ajustamento, em termos conjunturais, dada a dimensão dos mercados internos, em particular do mercado português, passa por uma política que tenha em conta a procura de novos mercados, ou seja, por uma maior exposição aos mercados internacionais e, conseqüentemente, por uma maior procura de novas fontes de vantagem competitiva, de qualificação da oferta, de redes de parceiros, obrigando a um esforço de competências e de cooperação estratégica.

A internacionalização é, neste contexto, a chave do sucesso para um crescimento sustentável e para a melhoria da rentabilidade das nossas empresas. Naturalmente que o desígnio subjacente a este objectivo está associado à actividade de engenharia, pressupondo um sector empresarial capaz de incorporar a inovação e de promover uma evolução tecnológica ao serviço de uma economia de bens de valor acrescentado, que nos diferencie dos demais e nos permita conquistar um novo lugar num mundo globalizado e altamente competitivo, o que implica o estímulo, de forma acelerada e urgente, para a incorporação nos bens e serviços de uma elevada componente tecnológica.

A eficiência e a produtividade relacionadas com a engenharia e a tecnologia constituem, por tudo isto, a chave do desenvolvimento económico.

O sucesso da internacionalização pressupõe competências essenciais construídas sobre bases de conhecimento, uma cultura organizacional empreendedora e a relevância da estruturação em redes de relacionamento, seja intra-organizacional, seja por meio de alianças estratégicas.

Só com empresas e técnicos mais qualificados, e eticamente responsáveis e responsabilizáveis, é que teremos empresas mais competitivas e uma maior probabilidade de sucesso nos mercados internacionais. Não há viabilidade

de sucesso com vista à melhoria da nossa economia, designadamente quando está em causa a produção de bens transaccionáveis, sem tecnologia e engenharia de grande qualidade.

No caso português, estima-se que, no último ano, a parcela de internacionalização das empresas de construção que trabalham além fronteiras terá correspondido a um valor de cerca de 50% da sua actividade global. O sector da construção tem, neste momento, um peso significativo na internacionalização das empresas portuguesas. Isto deve-se, em primeiro lugar, ao facto de ser um ramo que

mobiliza todo um leque de especialidades muito variado e, por outro lado, por se tratar de uma área com grande tradição em Portugal, sendo um dos sectores nacionais que promove, a montante e a jusante, a exportação de outros bens e serviços, para além de dignificar a imagem do país, com prémios internacionais alcançados por obras emblemáticas projectadas e construídas por técnicos portugueses.

A internacionalização passa também, de forma relevante, pelo estabelecimento de parcerias e de protocolos de cooperação entre associações profissionais de engenharia de diversos países, designadamente dos que dispõem de maiores afinidades técnicas e culturais e um passado de relações institucionais potenciadoras dessa cooperação.

É o caso da Ordem dos Engenheiros de Portugal e do Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos de Espanha.

A aposta destas associações tem sido dirigida no sentido de desenvolver todos os seus esforços para defender a qualidade da Engenharia nos dois países, qualidade que, de forma reconhecida, tem sido prestigiada dentro e fora de Portugal e Espanha.





Porque acreditamos que os desafios da internacionalização só serão vencidos com uma engenharia de qualidade, Engenharia que não tem fronteiras, nem alfândegas do pensamento, e porque as nossas apostas de exigência e rigor no exercício da profissão de engenheiro são comuns, as duas associações profissionais assinaram, em 25 de Março deste ano, um protocolo. Simbolicamente, o protocolo foi formalizado na fronteira entre Portugal e Espanha, na ponte internacional do rio Minho, entre Valença e Tui.

Este protocolo tem por objectivo facilitar o processo mútuo de acreditação e reconhecimento dos títulos profissionais dos engenheiros inscritos na Ordem dos Engenheiros de Portugal, na especialidade de Engenharia Civil, e dos engenheiros da Caminos, Canales y Puertos inscritos no Colégio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos de Espanha, para efeitos de exercício, em regime de estrita igualdade e reciprocidade, tanto em Portugal como em Espanha, das actividades profissionais que lhe são próprias e comuns.

Este protocolo pretende igualmente estimular uma melhor relação entre os profissionais de Engenharia Civil dos dois países, por forma a potenciar sinergias na procura de um melhor ajustamento ao nível do conhecimento, da criação de valor, de mercados que possam conquistar e de novos caminhos para o seu desenvolvimento.

Em paralelo, e porque se pretende igualmente potenciar a aproximação entre os países de língua oficial portuguesa e castelhana, com uma população superior a 630 milhões de pessoas, salienta-se igualmente a assinatura da “Declaração de Lisboa”, datada de Março de 2008 e da “Declaração de Brasília”, de 2009, envolvendo as duas associações profissionais já referidas e mais cerca de 20 associações congéneres das Américas e de África.

Estes documentos, que estabelecem compromissos entre as associações de engenheiros civis representantes de quase todos os países de língua portuguesa e castelhana, têm por finalidade estabelecer princípios que devem regular o exercício da profissão de engenheiro civil nos respectivos países, estabelecendo competências, de forma a permitir uma maior mobilidade dos seus membros e a estabelecer maiores garantias de confiança na prática de actos de engenharia civil, tendo em conta a sua complexidade. Está assim a estimular-se a internacionalização da Engenharia e a defender-se a garantia de qualidade no exercício de uma profissão de confiança pública.

Com base nestas declarações, está em fase final a criação do “Conselho de Engenharia Civil dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana”, cujos estatutos estão a ser objecto de ratificação por parte das diversas associações que assinaram os referidos documentos. ■